



Informações de base: A UE no mundo / migração

No âmbito do painel "**A UE no mundo / migração**" debate-se o papel da UE no mundo, incluindo os objetivos e estratégias nos domínios da segurança, defesa, política comercial, ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento, bem como da política externa, política de vizinhança e alargamento da UE. Este painel aborda também a questão de saber como a UE deve lidar com a migração.

O presente documento dá-lhe informações gerais sobre os diferentes tópicos do painel. Sobretudo, dá conta do que a UE já faz nestes domínios e das principais preocupações e desejos para o futuro manifestados pelos utilizadores da plataforma digital multilingue (<https://futureu.europa.eu/?locale=pt>). Por último, o documento contém igualmente hiperligações para obter mais informação sobre muitos tópicos.

A sua tarefa

Neste painel, convidamo-lo/a a deliberar e a formular e dirigir às instituições da União recomendações sobre o futuro da Europa, para que estas lhes deem seguimento, nomeadamente nos domínios do papel da UE no mundo e da migração. Por exemplo, as recomendações podem indicar uma orientação geral a seguir ou uma forma de resolver um determinado problema.

Durante três sessões, deverá debater e colaborar diretamente com outros cidadãos de toda a Europa, com os quais irá elaborar as recomendações. Na terceira e última sessão, deverá votar coletivamente as recomendações, que serão apresentadas e debatidas com os outros participantes no Plenário da Conferência.

A UE no mundo: reforçar a liderança mundial responsável

A pandemia de coronavírus recorda-nos de forma muito viva que a Europa só pode dar resposta aos desafios mundiais recorrendo à cooperação a nível mundial. Juntos podemos fazer frente a problemas críticos como a paz e a segurança, as alterações climáticas, o desenvolvimento sustentável e a recuperação mundial.

O que está a UE a fazer?

A UE defende o multilateralismo e uma ordem mundial baseada em regras. Procura uma abordagem coordenada da ação externa – desde parcerias comerciais e internacionais à política externa, de segurança e de defesa – que dê à Europa uma voz mais forte e mais unida no mundo. Colaboramos também estreitamente com os países vizinhos, colocando em prática uma estratégia abrangente para as nossas relações com África e reafirmando a perspetiva europeia para os países dos Balcãs Ocidentais. Na perspetiva do seu envolvimento responsável à escala mundial, a UE também investe em parcerias e alianças com países terceiros e organizações multilaterais e regionais, em especial os que partilham de valores comuns mas também todos os que partilham de objetivos mundiais comuns, como sejam uma resposta mundial comum à pandemia de COVID-19 e as ambições climáticas mundiais.

Que resultados teve até à data o debate na plataforma digital multilingue?

As ideias apresentadas no âmbito do tópico "A UE no mundo" incidem sobre uma série de temas relacionados com a política externa, desde o comércio à utilização do poder persuasivo e à defesa. Em geral, os participantes exigem uma maior presença da UE na cena política mundial: tanto no quadro da sua política de vizinhança como nas relações, por exemplo, com os países africanos e latino-americanos. Os participantes na plataforma consideram que a UE deve ir mais longe no exercício do seu poder persuasivo e do seu poder coercivo. Desde o lançamento da plataforma, este tópico reuniu um número total de 1 756 contributos, ou seja, 541 ideias, 1 083 comentários e 119 eventos. As várias ideias podem ser agrupadas de acordo com os seguintes temas:

- **Objetivos gerais da política externa da UE**
- **Políticas comerciais**
- **Defesa**
- **Tomada de decisões**
- **Alargamento**
- **Política de vizinhança e relações com terceiros**

Objetivos gerais da política externa da UE

Os participantes expressam a opinião de que o papel da UE está em mudança, entre as preocupações crescentes com a emergência climática, a mudança do equilíbrio de poder económico e geopolítico, os grandes desafios ao multilateralismo e o combate mundial à COVID-19 (ver exemplo de [evento](#) e exemplo de [ideia](#)). Por conseguinte, vários dos participantes expressam a opinião de que a UE deve ir mais longe tanto no exercício do seu poder persuasivo como do seu poder coercivo (ver exemplo de [ideia](#) e de [ideia](#)).

No que diz respeito à política externa da UE, muitas ideias aludem ao papel que a UE deve desempenhar em matéria de direitos humanos e valores democráticos em todo o mundo. Estas ideias exigem uma atitude mais enérgica e uma tomada de posição contra os países que violem

repetidamente as convenções e/ou tratados internacionais em matéria de direitos humanos (ver exemplo de [ideia](#)). Por exemplo, a UE é incentivada a desempenhar um papel de liderança no processo de consolidação da paz entre Israel e a Palestina (ver exemplo de [ideia](#)). Neste contexto, apela-se à criação de um sistema europeu comum de exportação de armas com regras rigorosas para garantir que as armas "fabricadas na UE" não contribuam para alimentar os conflitos em todo o mundo nem conduzam a violações dos direitos humanos (ver [ideia](#)).

Políticas comerciais

Um grupo de contributos no âmbito do tópico "A UE no mundo" pede o reforço das políticas comerciais e a reforma dos acordos comerciais em consonância com os valores da UE, no respeito seja pelos direitos humanos seja pelas normas ambientais (ver exemplo de [ideia](#)). Uma ideia amplamente apoiada apela à reforma da política comercial e de investimento da UE e ao relançamento do multilateralismo mundial, tendo por cerne a criação de empregos dignos e a defesa dos direitos fundamentais e humanos, incluindo os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos (ver exemplo de [ideia](#)).

Defesa

No que diz respeito ao reforço do poder coercivo da UE, também considerado da maior importância (ver exemplo de [evento](#)), os participantes defendem a criação de um exército europeu comum (ver exemplo de [ideia](#)). Os participantes sugerem igualmente a criação de mais forças ou instituições especializadas a nível da UE, como, por exemplo, uma Academia Militar Europeia (ver exemplo de [ideia](#)).

Tomada de decisões

Os participantes consideram que é fundamental que a UE intervenha como uma entidade sólida e unida na cena política internacional, a fim de manter e reforçar o seu papel. Vários dos contributos incidem sobre a necessidade de definir uma política externa comum. Uma das ideias mais apoiadas neste tópico menciona a necessidade de haver uma política externa e de segurança comum para garantir a segurança dos cidadãos europeus, promovendo simultaneamente a democracia, os direitos humanos, o Estado de direito e a proteção do ambiente na sua vizinhança e a nível mundial (ver [ideia](#)).

Um segundo subtema diz respeito a uma maior cooperação entre os Estados-Membros, que é exigida. Os participantes sublinham a necessidade de pôr termo à concorrência entre os Estados-Membros a nível internacional, para manter a credibilidade. Por conseguinte, sugerem que as embaixadas dos Estados-Membros sejam substituídas por uma única embaixada da UE que represente e reúna todos os Estados-Membros. Este tipo de abordagem poderia também implicar uma adesão única da UE a qualquer instituição internacional como a NATO (ver exemplo de [ideia](#)). Outra ideia ainda consiste na criação de um passaporte comum da UE para todos os cidadãos europeus (ver exemplo de [ideia](#)).

No âmbito do tema da tomada de decisões, os contributos pedem que seja repensada a regra da unanimidade. Há uma vertente de ideias que refere o facto de a atual situação, baseada na regra da unanimidade, permitir que os Estados-Membros bloqueiem a política externa comum (ver exemplo de [ideia](#) e [evento](#)). Esta situação é considerada problemática, uma vez que impede a UE de ter uma voz credível, estável e forte no mundo, como já foi salientado no tema anterior. Por conseguinte, de acordo com a ideia expressa, a UE deve avançar para um sistema de votação por maioria "absoluta". Uma das ideias mais apoiadas no âmbito deste tema apresenta uma descrição pormenorizada de um sistema de votação por maioria absoluta dos Estados-Membros, apoiado por uma maioria simples de deputados do Parlamento Europeu, para que a UE possa tomar medidas executivas e ter uma política externa real e credível (ver [ideia](#)). À semelhança dos debates no âmbito

do tópico "Democracia europeia", a possibilidade de uma maioria qualificada é também apresentada como alternativa à atual regra da unanimidade (ver exemplo de [ideia](#)).

Um último subtema incide sobre as competências do Parlamento Europeu. Os participantes consideram que, embora o Parlamento Europeu tenha apoiado desde o início o conceito de política externa e de segurança comum (PESC) e tenha procurado alargar o seu âmbito, a instituição ainda desempenha apenas um papel marginal na definição da política externa da UE. Por conseguinte, os participantes consideram crucial atribuir ao Parlamento Europeu mais competências em matéria de política externa (ver exemplo de [ideia](#)).

Alargamento

Num grupo de contributos é tematizada a necessidade de alargamento e de integração dos países vizinhos orientais como forma de defender a democracia nesses países (ver exemplo de [ideia](#)), mas também para manter a estabilidade económica na UE (ver exemplo de [ideia](#)). Esta visão é igualmente expressa numa das ideias mais apoiadas deste tópico, que pede o alargamento contínuo da UE com a integração dos países dos Balcãs Ocidentais para garantir a paz e a estabilidade na região (ver [ideia](#)). Neste contexto, há um apelo ao pleno reconhecimento do Kosovo (ver exemplo de [ideia](#)).

Política de vizinhança e relações com terceiros

Um subtema de ideias diz respeito à representação diplomática da UE, com contributos em que, em termos gerais, se insta a que as instituições da UE a representem e defendam os seus interesses no mundo de forma mais visível (ver exemplo de [ideia](#)).

Embora a maioria das ideias apele a uma UE mais unida e integrada, reforçando assim o seu papel enquanto potência mundial assente no direito e na justiça, estando aberta à interação com várias instituições multilaterais, tanto a nível mundial como regional (ver exemplos de [ideia](#) e [ideia](#)), outros gostariam que a UE se concentrasse no seu papel de interveniente económico, como inicialmente se previa. A este respeito, consideram que a UE não deveria assumir o papel de um agente geopolítico, mas manter a sua função originária de mercado económico comum. Há participantes que consideram que a UE não pode exercer um papel político como ator global, uma vez que não é um Estado soberano (ver exemplo de [ideia](#)).

Os contributos no âmbito deste tópico dizem respeito, em particular, às relações políticas da UE com a Rússia e a China (ver exemplo de [evento](#)). Os participantes avançam a necessidade de repensar, reconsiderar profundamente e ir mais longe na reforma da política externa da UE mediante uma abordagem mais ambiciosa, em consonância com o que foi debatido em temas anteriores. Os participantes na plataforma debatem a posição de que, no que diz respeito à China, a UE deveria não só assumir uma postura mais unificada e mais firme nas suas relações diplomáticas, tendo em conta a grande divergência entre os sistemas de valores, mas também desenvolver uma estratégia de investimento externo da União Europeia para contrariar a influência da China a nível mundial e, em especial, nos países em desenvolvimento (ver [ideia](#)).

No que diz respeito às relações da UE com os países africanos e latino-americanos, os participantes expressam a opinião de que deveria haver uma parceria reforçada e uma reorganização das relações comerciais (ver exemplo de [evento](#)). A maioria dos participantes pede o estabelecimento de uma parceria mais forte entre a UE e a União Africana, a fim de reforçar o multilateralismo regional (ver exemplo de [ideia](#)). Outros cidadãos pedem o reforço das parcerias bilaterais entre os Estados-Membros e os países africanos, a fim de fazer face à migração e a outras ameaças à segurança da União Europeia. No entanto, tal só poderá funcionar se as relações deixarem de perpetuar a herança económica e política dos antigos sistemas coloniais (ver [ideia](#)). O mesmo se aplica às relações com a América Latina (ver exemplo de [ideia](#)).

Mais informações:

- [Uma Europa mais forte no mundo](#)
- [A resposta comum da UE ao surto de COVID-19](#)
- [As relações externas da União](#)
- [De que forma a UE presta auxílio? Proteção civil da UE](#)
- [Europa Global: o valor do comércio livre e equitativo](#)
- [Uma política comercial da UE aberta, sustentável e decisiva](#)
- [Serviço Europeu para a Ação Externa](#)
- [Serviço dos Instrumentos de Política Externa](#)

Migração: gestão previsível, equilibrada e fiável da migração

As questões da migração exigem que a União Europeia disponha de um sistema moderno de migração e asilo, de gestão das fronteiras, a cooperação com os países parceiros e a luta contra a introdução clandestina de migrantes. Implicam também a proteção das pessoas que fogem da violência e a integração dos recém-chegados na nossa sociedade.

O que está a UE a fazer?

Para a UE poder oferecer soluções comuns, é necessário adotar uma abordagem equilibrada e inclusiva da migração.

A Comissão apresentou várias propostas legislativas ao abrigo do seu "Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo", no âmbito de uma abordagem abrangente da migração. O pacto visa melhorar a cooperação com os países de origem e de trânsito, garantindo procedimentos eficazes, vias legais seguras, a integração bem sucedida dos migrantes com direito a permanecer na UE e o regresso dos que não têm esse direito. A UE centra-se também no reforço das fronteiras externas, na melhoria da gestão das fronteiras, incluindo através da implementação de novos sistemas de informação, e na luta contra a introdução clandestina de migrantes.

Que resultados teve até à data o debate na plataforma digital multilingue?

Desde o lançamento da plataforma, o tópico "Migração" reuniu um total de 1 157 contributos, incluindo 306 ideias, 827 comentários e 24 eventos. Os contributos no âmbito deste tópico revelam três tendências gerais. Por um lado, um grupo de interações pretende mais medidas para controlar e reduzir a migração, enquanto, por outro, há contributos que exigem uma maior solidariedade e melhores procedimentos de integração. Assumindo uma posição intermédia, um grupo de participantes gostaria de promover a mobilidade internacional, mas apenas entre democracias economicamente desenvolvidas. São analisados em conformidade os seguintes temas:

- **A migração não regulamentada de países terceiros vista como ameaça**
- **Atitude humanitária em relação à migração**
- **Migração legal**
- **Abordagem das causas profundas das migrações**
- **Controlo de fronteiras**
- **Integração**
- **Facilitação e apoio à aquisição da cidadania da UE**

A migração não regulamentada de países terceiros vista como ameaça

Os comentadores manifestam-se abertamente nas suas ideias e contributos sobre o tópico "Migração". Um tema em debate diz respeito ao sentimento de que a migração de países terceiros constitui uma ameaça à civilização, à identidade, aos valores e à cultura da UE (ver exemplo de [ideia](#)). Os contributos expressam opiniões e pontos de vista de que a migração de países terceiros contribui para o terrorismo e para a criação de guetos e de "zonas interditas" na UE (ver [ideia](#)). Estes participantes exigem a tomada de medidas que restrinjam a migração de países terceiros, uma política de repatriamento mais rigorosa e estratégias que dificultem a mobilidade dos migrantes, como a realização de controlos mais rigorosos nas fronteiras (ver exemplo de [ideia](#)).

Atitude humanitária em relação à migração

Os participantes que manifestam uma atitude oposta apelam a que sejam encontradas soluções para combater a migração ilegal e seja definida uma política de imigração da UE, com procedimentos de asilo mais fáceis e acessíveis nos países de origem, rotas migratórias legais e seguras e a repressão do tráfico de seres humanos, a fim de evitar a morte de refugiados nas fronteiras da UE (ver exemplo de [ideia](#)). Por último, alguns participantes pretendem a elaboração de um quadro jurídico que ponha termo à deportação de pessoas e famílias integradas para países de origem não seguros (ver [ideia](#)).

Migração legal

No âmbito do tema da migração legal, os defensores de políticas de migração mais rigorosas apelam a uma política europeia comum de migração seletiva, com quotas, procedimentos de seleção mais exigentes e procedimentos de aceitação rigorosos (ver exemplo de [ideia](#)). Um sistema europeu de imigração baseado em pontos é por vezes visto como necessário para regular com mais eficiência os fluxos migratórios (ver [ideia](#)).

Os contributos mais abertos à migração exigem igualmente uma abordagem unificada e mais eficiente, embora mais consentânea com os direitos humanos e com os direitos (sociais) europeus. Por exemplo, os contributos tematizam especificamente a implementação de um procedimento de asilo único e eficiente na UE (ver [ideia](#)), apontando também para a necessidade de reformar a Convenção de Dublin, a fim de evitar a distribuição desigual dos requerentes de asilo e dos migrantes (ver exemplo de [ideia](#)). Os cidadãos também defendem uma política de migração laboral da UE ou estratégias europeias de recrutamento para estudantes e trabalhadores qualificados oriundos de países do terceiro mundo. Neste contexto, um cidadão salienta a necessidade de aumentar as competências em matéria de migração para a UE, de modo a que esta possa assegurar a gestão da migração em conformidade com os princípios e valores da União (ver [ideia](#)).

Um grupo de inquiridos promove a ideia de fomentar um tipo seletivo de imigração. Este tipo de participantes vê geralmente a migração por um prisma positivo devido às vantagens económicas que gera. Propõem visar especificamente certos países para atrair os seus talentos (ver [ideia](#)) ou aligeirar os critérios de mobilidade entre democracias economicamente avançadas, no Ocidente como na Ásia, nomeadamente no contexto dos acordos de comércio livre (ver [ideia](#)).

Alguns contributos também refletem sobre questões de desigualdade que afetam o atual processo de pedido de asilo. Por exemplo, sublinham o facto de a percentagem de requerentes de asilo do sexo masculino ser significativamente mais elevada do que do sexo feminino ou de famílias (ver [ideia](#)). Outros referem as dificuldades encontradas pelos requerentes de asilo LGBTI, apelando a uma maior proteção e a um melhor apoio de tradução para este grupo (ver [ideia](#)).

Abordagem das causas profundas das migrações

Pensando sobre o futuro da Europa, os participantes sublinham a necessidade de combater as causas profundas das migrações para resolver os problemas de migração com que a UE se debate atualmente.

As sugestões a este respeito vão do estabelecimento de relações comerciais equitativas ao investimento em mais planos de ajuda ao desenvolvimento e à formação académica, passando pelo desenvolvimento profissional das pessoas que vivem em países do terceiro mundo (ver [ideia](#)).

Um grupo específico de contributos pede contas à UE pelo facto de ter desempenhado um papel na desestabilização regional em consequência, por exemplo, de intervenções militares europeias ou da desestabilização criada pelas exportações agrícolas subvencionadas para os países em desenvolvimento (ver [ideia](#)).

Controlo de fronteiras

O tema do controlo das fronteiras volta a criar duas posições opostas em matéria de migração.

Em geral, regista-se o apoio a esforços mais organizados e coordenados no que diz respeito ao controlo das fronteiras, com apelos à implementação de controlos mais abrangentes, nomeadamente com autoridade para realizar reenvios forçados (ver exemplo de [ideia](#)), mais apoio à Frontex, com uma melhor definição das suas funções (ver [ideia](#)) e uma abordagem juridicamente vinculativa dos esforços de busca e salvamento no Mediterrâneo (ver [ideia](#)).

Outros contributos apelam a uma maior solidariedade e a mais respeito pelos direitos humanos. As ideias debatidas por estes contributos são, por exemplo, a criação de um sistema europeu centralizado de distribuição dos migrantes baseado na solidariedade, a atribuição de financiamento para melhorar as infraestruturas de acolhimento nas fronteiras (habitação e alimentação) ou a criação de uma agência supranacional responsável pela gestão de campos de refugiados, gerida em conjunto por diferentes países e financiada por recursos da UE (ver exemplo de [ideia](#)).

Integração

Outro tema no âmbito do tópico "Migração" diz respeito a ideias que incidem sobre a integração, com apelos ao estabelecimento de etapas a serem seguidas pelos migrantes, com acompanhamento controlado, a fim de assegurar a plena integração no Estado-Membro. Noutra ideia apresentada considera-se que existe um grande potencial em reconhecer e estimular a atividade dos migrantes e dos membros das comunidades de acolhimento como elementos de transformação (ver [ideia](#)). A educação é considerada fundamental para a integração, desempenhando a língua e os valores europeus um papel central. Neste contexto, os participantes consideram que é necessária a criação de programas com financiamento suficiente para apoiar a inclusão das crianças migrantes no sistema de ensino público (ver [ideia](#)). Os participantes exprimem a opinião de que uma distribuição geográfica dos migrantes é fundamental para alcançar a integração (ver exemplo de [ideia](#)) e evitar a formação de guetos (ver [ideia](#)). Há apelos à realização de campanhas e programas de informação destinados a sensibilizar os cidadãos para o combate ao racismo, a fim de se avançar para uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Em relação às opiniões sobre o racismo e a exclusão do mercado de trabalho, há apelos a um tratamento equitativo e justo dos nacionais de países terceiros que sejam residentes legais (ver [ideia](#)).

Facilitação e apoio à aquisição da cidadania da UE

Alguns participantes lamentam a falta de direitos dos residentes permanentes na UE. Observam que a União não concede o direito de voto aos residentes permanentes de longa data na UE, nem lhes confere outras vantagens que tornem mais apelativo o pedido de cidadania da UE (ver [ideia](#)).

Alguns participantes consideram que esta questão é particularmente premente quando se trata de cidadãos do Reino Unido que viviam na UE antes do Brexit. Uma ideia que dá azo a debates controversos diz respeito à criação de um procedimento acelerado para que os cidadãos britânicos que viviam na UE antes do Brexit obtenham direitos válidos para todo o território da União (ver [ideia](#)).

Mais informações:

- [Novo pacto em matéria de migração e asilo](#)
- [Migração](#)
- [Asilo e migração em números](#)
- [Asilo e migração – Política de migração da UE](#)
- [Reforço das fronteiras externas da UE](#)
- [Sistemas informáticos de apoio às políticas de asilo e migração](#)

Mais informações sobre todas as políticas e atividades da UE:

- [Sítio Web do Parlamento Europeu](#)
- [Sítio Web do Conselho da UE](#)
- [Sítio Web da Comissão Europeia](#)

Este documento foi elaborado pelo Secretariado Comum da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Siga a plataforma digital sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa (www.futureu.europa.eu/?locale=pt) para obter mais informações e para ler as publicações de outros cidadãos que já publicaram as suas ideias e reflexões. **Para obter mais informações sobre as ideias apresentadas até à data, consulte igualmente o [primeiro relatório intercalar na plataforma](#).**